

# LIMITES DO CONSUMO COMO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO

Pesquisa em Andamento

GT 33 – Sociologia do Desenvolvimento

Leandro Zenildo da Silva Santos<sup>1</sup>  
Orientador: Paulo Henrique Martins<sup>2</sup>

## Resumo

Neste trabalho, visa-se fazer uma crítica estruturada do consumismo/consumo como base do desenvolvimento e pensado no caso do Brasil. Entende-se que a contribuição do consumismo para a cidadania é limitada, pois apenas enfatiza a capacidade das pessoas de consumirem, não contribuindo para a emergência das solidariedades urbanas. Problematizam-se neste trabalho os dilemas do consumo construídos por atores da sociedade civil, do Estado e do mercado. Analisa-se a trajetória do consumo e sua manutenção; identificam-se diferentes fatores que explicam o seu desempenho. Pretende-se fazer um exame comparativo e quantitativo das perdas sociais e econômicas que o endividamento, a inadimplência, o crédito e os problemas sociais, conseqüentes do extenuamento do modelo, acarretam e suas implicações futuras.

**Palavras-Chaves:** Brasil, Consumo, Desenvolvimento

## 1. Introdução

Para alguns pesquisadores, consumir é indispensável para fazer a economia girar e os países se desenvolverem. O consumo é considerado, por alguns economistas, como a "mola propulsora" da economia mundial. Consumir geraria demanda, que por sua vez originaria maior produção por parte das indústrias, causando estímulos em vários setores e o surgimento de novas tecnologias para aprimorar a produção. Isso significaria mais trabalhadores, com salários melhores, que também seriam levados a consumir, formando um ciclo que manteria a economia aquecida e contribuiria para o desenvolvimento dos países. "As principais zonas interdependentes de opção conformadoras de um estilo de desenvolvimento estão relacionadas com a autonomia, a participação, a produção, o consumo e a distribuição" (WOLFE, 1976). Esse tem sido um pensamento econômico predominante nos países capitalistas. Mas esse modelo neoliberal, que ainda tem os Estados Unidos como seu principal representante, está sendo cada vez mais questionado.

A preocupação com o desenvolvimento esteve concentrada, principalmente, na produção. A afirmativa de que o máximo de produção de bens e serviços equivale a desenvolvimento, interpretado como aspiração válida, produza-se o que produzir, qualquer que seja o destino da produção, é um aspecto observável dos modelos de desenvolvimento econômico, cuja ênfase é posta no produto *per capita* como um dos índices principais e cuja fé é depositada nos mecanismos de mercado. Porém, as opções feitas nas esferas econômicas e sociais são, evidentemente, contraditórias nos modelos que enfatizam o lado econômico do desenvolvimento. Infelizmente, isto é o que parece estar acontecendo

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Brasil

<sup>2</sup> Doutor, Prof. Titular de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Brasil. Presidente da ALAS (Associação Latino-Americana de Sociologia)

em vários países e já há algum tempo. A aspiração de reduzir a diferença entre as rendas das massas populacionais e as das maiorias previamente beneficiadas pelo crescimento econômico prova-se ser incompatível com a natureza dos bens e serviços em produção e com o atual funcionamento das sociedades e economias. As contradições se mostram mais flagrantes em relação aos bens de consumo duráveis, moradia, educação, segurança, liberdade e equidade sociais. O Brasil cresceu, segundo critérios econômicos, e avançou, também, em aspectos sociais, como na diminuição da mortalidade infantil nas últimas duas décadas, mas também temos que a taxa de mortalidade por armas de fogo entre a população de 15 a 29 anos, cresceu, de 18,8% em 1980 para 44,2% em 2010, segundo fontes do Mapa da Violência 2013, estudo divulgado pelo governo federal. Pensar o social como indexado pelo econômico pode causar consequências irreparáveis às sociedades. “Como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, (...), para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo?” (FURTADO, 1974).

A crise econômica atual coloca em dúvida esse modelo econômico fortemente baseado no consumo, pois evidencia sua instabilidade. A crise, desencadeada pelo setor imobiliário, levou os bancos norte-americanos a entrarem em colapso – muitos quebraram e outros precisaram pedir ajuda ao governo para seguirem ativos. Nesse cenário, as instituições financeiras tiveram que reduzir drasticamente o crédito ao consumidor, o que acarretou na queda do consumo e de toda a atividade econômica do país. Para conter a crise, o governo norte-americano lançou um pacote centrado no consumo da população. Uma das medidas do pacote determina a devolução de impostos à população como forma de injetar dinheiro na economia e esquentar o consumo. No Brasil, a política do governo é indexar o crescimento ao aumento do consumo do mercado interno. Mas não é só o Brasil e os Estados Unidos que enfrentam problemas econômicos relacionados ao consumo: o desemprego e a alta dos preços são sinais de desgaste do modelo que já despontam em diversos países da Europa, enquanto a desigualdade social, sobretudo o aumento do distanciamento entre ricos e pobres, consequente desse sistema, mostra que ele está ficando cada vez mais inviável para os países da América Latina e da África.

A literatura que discute as características do crescimento durante a globalização destacou com grande ênfase os crescentes desequilíbrios que lhes foram inerentes. Desequilíbrios, sobretudo, de desigualdades sociais. Valores morais como igualdade e liberdade não tem tido consistência social por conta das ações políticas geradas nas tensões entre a perpetuação das crenças e valores coletivos e as pressões crescentes a favor da liberalização dos desejos e singularidades. De fato, “o padrão de desenvolvimento por direitos igualitários, com apoio em políticas econômicas coletivas se baseia em articulações amplas de agentes sociais e instituições mobilizadas para assegurar a predominância dos direitos igualitários sobre os interesses econômicos” (MARTINS, 2013). Não restam dúvidas de que a crise financeira, que eclodiu em 2007-2008 e que teve como epicentro os EUA e o segmento do sistema financeiro das hipotecas subprime, pôs em cheque os esquemas de crescimento até então prevalecentes e, com eles, o arranjo internacional subjacente. O destaque aqui vai para a trajetória de endividamento das famílias como substrato do aumento do consumo.

O endividamento de famílias e empresas com base na ampliação de seus patrimônios decorrentes das bolhas de preços de ativos e, relativamente, desconectado do crescimento da renda e do fluxo de lucros, tem sido o principal mecanismo de expansão do gasto autônomo em consumo e investimento. Um dos pontos que serão analisados pela pesquisa diz respeito ao fato de que, no Brasil, nota-se um descompasso, em alguns setores, com relação ao aumento da renda real, por exemplo. No caso americano, as evidências quanto à incapacidade de restauração desse padrão, notam-se até o início de 2010: estabilização, em níveis altos, de endividamento das empresas, com persistente contração desse indicador para as famílias. Em resumo, as fontes de gasto autônomo com origem privada estão

contribuindo negativamente para o crescimento do PIB e nada indica a sua reversão. Atualmente, até a estabilidade econômica está sendo comprometida, sobretudo em relação à inflação.

A questão de fundo neste comportamento diz respeito aos níveis elevados de endividamento – medido contra a renda disponível – assumido por esses agentes e principalmente pelas famílias durante o ciclo de “expansão” (crescimento medido pelo PIB – Produto Interno Bruto). A perda de valor dos ativos, desvelou o quanto excessivo ele era, induzindo a uma atitude oposta, com o intuito de recompor níveis de endividamento mais de acordo com a renda e com o patrimônio diminuído. A consequência dessa nova postura foi uma contração significativa da demanda de consumo, e da demanda agregada, embora o consumo continue crescendo, porém a taxas decrescentes, direcionado a determinados produtos.

Apesar da gravidade do aumento do crédito e do endividamento além da realidade da renda que fez com que estourasse a crise financeira nos EUA, o Brasil segue o mesmo caminho. Porém, o país é diferente por algumas razões. Por exemplo, a quantidade de impostos pagos pelos brasileiros anda muito em descompasso com a expansão do crédito e do consumo. Uma parte que será criteriosamente analisada pela pesquisa. Mesmo assim sendo, e talvez até por causa disto, o Brasil reproduz um processo de desenvolvimento que esta de acordo com conceitos do sistema mundo e com países da América Latina, exceto por conta de algumas características que são inerentes aos países. A América Latina, de certo modo, é uma particular manifestação do sistema mundo. Martins (2013, p. 2), diz que, na verdade, o mais adequado seria propor a existência de diversos sistemas mundos e processos de desenvolvimento que mostram diferentes desenhos de poder e de modalidades de transformações das estruturas sociais.

Na discussão da trajetória do consumo e das possibilidades da preservação do seu crescimento, é possível identificar diferentes fatores que explicam o seu desempenho. Um deles, responsável pelo aumento do consumo autônomo, aquele que guarda certa independência do aumento da renda corrente, diz respeito ao crédito. Após 2002, vários fatores, atuando no âmbito da demanda e da oferta de financiamento, levaram a uma ampliação do crédito às pessoas físicas, num volume notável para os padrões brasileiros; cerca de 10% do PIB em cinco anos o que representa, grosso modo, um acréscimo de demanda agregada de 1,5 pontos percentuais do PIB a cada ano. O consumir atende a uma necessidade humana. A subsistência da espécie depende do consumo de alimentos, roupas e de tudo o que é necessário para a manutenção da vida. Mas, após a apropriação dessa necessidade pelos modelos de desenvolvimento, o consumo deixou de apenas atender a uma necessidade para se tornar a força motriz da economia, adquirindo um papel simbólico nas ações daqueles que possuem renda. A exacerbação do consumo gerou uma patologia nas sociedades modernas, denominada consumismo.

O modelo baseado no consumo não se sustenta para sempre e, particularmente para o Brasil, os níveis de endividamento das famílias já atingiu patamares históricos. O nível de endividamento tem sido alimentado pelos estímulos fiscais do governo, a exemplo da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Isso fez com que as famílias continuassem consumindo ao longo de 2012, o que alimentou o endividamento. Entre os principais vetores do endividamento, o uso do cartão de crédito, apontado como sendo o responsável pelo tipo principal de dívida por 75% das famílias endividadas, segundo dados recentes da Peic (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor) e as linhas de financiamento estão entre os mais destacados. Nesta nova ordem social, o consumo existiria com maior força de expressão do que no passado, principalmente através do conjunto de crenças e desejos presentes na sociedade. Trata-se de um sistema no qual os sujeitos encontram-se mergulhados. No plano simbólico, o consumo atinge a todos, pois as classes médias e os trabalhadores mais pobres sofrem o mesmo tipo de pressão para que consumam. Ambos desejam ou necessitam desejar a participação neste mesmo sistema, independente de suas condições materiais. E, conseqüentemente, todos enfrentam problemas de caráter sociais de naturezas comuns. Como falam Farah e Wanderley (2011), citado por Martins (2013, p. 11) esta visão restritiva de desenvolvimento que somente valoriza

os aspectos econômicos precisa incluir as perspectivas de gênero, ambientes, justiça, direitos humanos, participação, e cidadania. Neste cenário de esgotamento do ritmo de crescimento por demanda por estímulo do consumo de bens do mercado interno através do crédito, é preciso ainda levar em consideração os efeitos das taxas básicas de juros brasileiras<sup>3</sup>. Esta é uma das importantes barreiras a continuidade da festa do consumo pelo crédito.

Vê-se que o modelo de desenvolvimento econômico, impõem barreiras a sua mesma continuação. Barreiras sociais e também, inclusive, econômicas que o modelo mesmo deveria combater. Este tipo de modelo brasileiro baseado no consumo (modelo global, por assim dizer), necessita, constantemente, de mecanismos de ajustes e melhoramentos. Melhoramentos estes que se entendem no sentido estritamente quantitativo e econômico. Na busca pelos melhoramentos do sistema, observam-se medidas para a padronização do pensamento, subjugamento de mentes. Medidas estas que transformam indivíduos em parceiros que garantem a manutenção do sistema. Estas incorrem em atitudes não tão reflexivas dos indivíduos que, às vezes, buscam sua própria falência pessoal e social para serem inseridos dentro de um padrão dominante. As pessoas são identificadas como consumidoras e clientes submissos que aceitam as regras do mercado e que se sentem realizadas a partir do consumo. Trata-se de anular o caráter de cidadania crítica, com consciência política e social, e utilizar o consumo como uma via para a evasão.

Para estudar estas questões, este trabalho tentará analisar as mudanças que ocorrem no âmbito do consumo com relação ao cidadão e seu posicionamento ou inserção em decorrência deste modelo de desenvolvimento. Para tanto, esta análise se dará em três partes. Na primeira parte, será feita a apreciação da crise do modelo-consumo. Neste ponto, o estudo se focará na avaliação dos dados econômicos, a partir do endividamento e da inadimplência das famílias, expansão do crédito, o financiamento e o esgotamento do crescimento; a evolução dos empréstimos, e os salários reais. Os medidores econômicos e os seus resultados e, por último, se fará o cruzamento da indexação do social e do cultural ao econômico e os problemas sociais que surgem ou se agravam, mesmo com a melhora de certos indicadores econômicos. Na segunda parte, busca-se fazer uma reflexão sobre os processos de mudança da cultura altamente consumista estimulada pelo modelo de desenvolvimento. Busca-se as definições de consumo e consumismo. O cidadão-consumidor como elemento associado à ordem global, baseado sobre a ordem econômica mundial. Na terceira parte, este estudo se voltará para a crise do cidadão-consumidor inserido em um processo de fracionamento articulado do mundo e a recomposição de suas partes. O problema de privilegiar a cidadania e suas emergências no conjunto da sociedade. As integrações sociais como exigências para uma abordagem diferenciada das políticas públicas voltadas para o estímulo do desenvolvimento e suas políticas setoriais. Para concluir, tentar-se-á fazer uma síntese das três partes e verificar quais implicações da crise do modelo de desenvolvimento baseado no consumo nos processos construtivos e constitutivos da cidadania. Retomar-se-á a questão das barreiras sociais e do fracasso de se indexar o social ao econômico. Estas partes, contudo, estão em andamento das coletas de dados e aperfeiçoamento da metodologia de modo que, na presente exposição, se fará apenas um bloco compilador, intitulado *consumo como desenvolvimento*, das três partes a fim de explanar as ideias centrais de cada uma.

## 2. Consumo como desenvolvimento

---

<sup>3</sup>A aplicação das taxas de juros sobre o crédito ao consumo significa antecipação de renda futura. Taxas de juros muito elevadas significam descontar a renda futura a essas taxas diminuindo a magnitude do poder de compra antecipado e seu impacto no consumo. Por sua vez, o rápido aumento do peso do crédito às pessoas físicas, no portfólio dos bancos, crédito este concedido a taxas muito altas, amplia o risco bancário induzindo uma moderação no seu crescimento. Isso implica dizer que em épocas de inadimplência elevada, os bancos aumentam as já altas taxas para diminuir os seus riscos.

A importância do consumo como instrumento de desenvolvimento, como via segura pela qual as sociedades, em especial as do chamado terceiro mundo, poderão alcançar níveis de bem-estar social compatíveis com a dignidade humana, tem ficado cada vez mais desacreditada, inclusive entre os peritos dos órgãos internacionais devotados a assessorar os países pobres para atingir o desenvolvimento. Nestor Garcia Canclini (1999) considerou o consumo como uma das dimensões do processo comunicacional, relacionando-o com práticas e apropriações culturais dos diversos sujeitos envolvidas neste sistema. Afirmou que por meio dele os sujeitos transmitem mensagens aos grupos sócio-culturais dos quais fazem parte. É evidente que o sistema de desenvolvimento por consumo apresenta opções contraditórias nas esferas econômicas e sociais. Infelizmente, isto é o que parece estar sucedendo em vários países.

Alguns economistas, sociólogos e estudiosos de ciências políticas repelem ou não consideram o clamor por manuais de desenvolvimento universalmente aplicáveis e duvidam da capacidade da maioria dos governos nacionais, e da própria ordem internacional, para gerar processos justificadores das esperanças postas na expressão “ desenvolvimento”. Deste ponto de vista, os processos de desenvolvimentos seguidos no passado pelos países ora com altas rendas não são válidos, hoje, para o resto do mundo e nem para si próprios, visto os distúrbios sociais e econômicos que eles enfrentam atualmente, salvo reduzidas exceções. Perdurem suas atuais estruturas políticas e econômicas, serão inerentemente incapazes de ajudar outros países a alcançarem-nos. Os modelos que oferecem seduzem o resto do mundo, levando todos a um beco sem saída e debilitando a capacidade de cada um decidir-se por um desenvolvimento autêntico e autônomo. O capitalismo vem sendo considerado e apoiado na sua formulação liberal, mais moderna, que é a de deixar que o mercado resolvesse todos os problemas do sistema capitalista. Ocorre que ficou provado com a crise de 2007 e 2008 que o mercado não se autorregula sozinho. O sistema financeiro não foi regulado até agora. E, na medida em que ele não é regulado, pode assumir doses letais para as economias nas quais ele atua. Este sistema está débil, enfraquecido pela sua própria gênese. Segundo Furtado(1974), a literatura sobre o desenvolvimento econômico nos dá um exemplo meridiano dos mitos nas ciências sociais: pelo menos noventa por cento de seu conteúdo se fundam na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual pode ser universalizado o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial. Os padrões de consumo da minoria da humanidade que atualmente vive nos países altamente industrializados poderão ser acessíveis às grandes massas de população em rápida expansão que formam a periferia. Essa idéia constitui, seguramente, um prolongamento do mito do progresso, elemento essencial na ideologia da revolução burguesa, na qual se criou a atual sociedade industrial.

O modelo brasileiro de desenvolvimento atualmente se baseia, desde o governo Lula, no estímulo ao consumo. Nisso, se diferencia do governo Fernando Henrique Cardoso, cujo estímulo se fazia pelo investimento estrangeiro, através das privatizações, ou seja, algo que vinha de cima para baixo. Já no governo Lula, tinha-se o oposto, o estímulo era feito na base da pirâmide social, criando consumo, o que antes não tinha. Esse modelo, ampliado agora pelo governo Dilma, procura atacar também a qualidade do crédito. No Brasil, o motor do crescimento do consumo é o crédito. No país o crédito é o mais caro do mundo, fazendo com que diminua a propensão dos brasileiros a consumir, aumente o endividamento e a inadimplência e colabore para a falência e piora dos aspectos sociais.

Fora algumas abordagens oriundas dos próprios estudos de cultura material e algumas perspectivas de economistas, a maioria dos acadêmicos que escreveram sobre consumo, e mais especialmente aqueles que o teorizaram, parecem supor que ele é sinônimo do moderno consumo de massa. Eles percebem a vasta escala e o materialismo associado com o consumo de massa e veem isso, primeiramente, como um perigo, tanto para a sociedade como para o meio ambiente. A simbologia do consumir para se desenvolver é uma concepção não só mais geral, aplicada a países, como também a indivíduos inseridos nos seus contextos sociais, que tem se tornado cada vez mais global e heterogênea. Assim, o consumo de massa tem sido considerado mais como um mal do que como um bem. A difusão

maciça de bens de consumo como atos de simbolização atingiu tal nível que, enquanto antigamente os bens representavam pessoas e relações, por exemplo, simbolizando classe e gênero, eles agora vêm a substituí-los. Tal é o poder do comércio de produzir mapas sociais baseados nas distinções entre bens, que os consumidores de fato estão relegados ao papel passivo de meramente se encaixarem em tais mapas através da compra de tais símbolos apropriados ao seu “estilo de vida”. O consumidor-cidadão. Tem-se, então, uma percepção de que a humanidade se tornou tão somente nos manequins que ostentam as categorias criadas por este tipo de modelo de desenvolvimento. Tanto é assim que, o apoio ao crédito no país tem provocado mudanças na forma de atuação das instituições e dos indivíduos, resultando em situações inéditas para o país. A inadimplência das famílias e das empresas atingiu o maior valor de toda a série histórica do Banco Central do Brasil (BC) em maio de 2012. O percentual médio de pessoas físicas e jurídicas que não pagaram suas dívidas atingiu 6%, o patamar mais alto desde o início da série do BC, em junho de 2000. O percentual de famílias inadimplentes também subiu e chegou a 8%, o maior nível desde outubro de 2009, quando atingiu 8,09%. Entre as empresas, o nível de inadimplência bateu em 4,1% ano passado, também o maior nível desde maio de 2001, quando bateu 4,2%. Entre as pessoas físicas, a inadimplência no pagamento de empréstimos para a aquisição de veículos, uma das principais atividades instigadas pelo governo, mesmo com todas as consequências da piora da mobilidade urbana, atingiu 6,1%, o maior nível desde o início da série histórica do BC, que começa em 2000. A modalidade de crédito que mais contribui com a inadimplência é o cheque especial, a forma mais cara de empréstimo entre todas as disponíveis no mercado.

Para compreender a dimensão do consumo na vida moderna, é preciso vê-lo como uma prática social e cultural complexa e importante. O acesso aos bens de consumo é parte das lutas pela equidade e das lutas pela qualidade de vida, em especial, as lutas pelo direito de escolha do tipo de vida a se ter. Nesse sentido, consumo e cidadania são inseparáveis, já que ambos criam e fortalecem sentimentos de pertencimento a um grupo social. A partir dessas considerações, torna-se necessário pensar o consumidor não como um produto. Ao contrário, é preciso se refletir que o consumo seja, cada vez mais, associado ao desejo de “fazer alguma coisa” e de participar da vida e dos problemas coletivos. O que se tem é exatamente o oposto: o consumismo. O consumo é indispensável na vida de todos os cidadãos. A pobreza realmente é uma privação de capacidades. O que está em discussão é a tipologia, o significado e o montante do consumo. Principalmente no que diz respeito às produções que envolvem matérias-primas há uma crescente preocupação.

Porém, apesar de estar sendo colocada em cheque, ainda é preciso muita discussão e reflexão para se mudar a idéia de consumo, como posta em prática atualmente, como mecanismo promotor do desenvolvimento. Esse modelo possui uma estrutura complexa e precisaria da ação de vários atores para se alcançar uma mudança significativa. É preciso trabalhar em vários níveis – do consumidor, da empresa e do Estado – para que haja uma alteração no sistema.

### **3. Conclusão**

Como uma tensão existe entre os critérios deterministas e voluntaristas-normativos, entre os pontos de vista universalistas e os culturalmente específicos e entre os modos de ver revolucionário-catastrofistas, os processos de progresso evolutivo linear manter-se-ão vivos no futuro previsível, pela única preservação do pensamento de que o social se elevará dependendo do desenvolvimento econômico, da industrialização e da modernização.

É preciso que certos imperativos institucionais passem a entender de que este instrumental, o consumo, tem o dever de assegurar uma situação de igualdade entre o social e o econômico na política do desenvolvimento, a criar certa metodologia de planejamento social como contraparte do planejamento econômico, a prescrever uma abordagem unificada da análise e do planejamento do desenvolvimento e, por fim, a mostrar o rumo de novos estilos de desenvolvimento mais adequados às

necessidades humanas do que os processos e seus mecanismos ora tidos como de desenvolvimento. É preciso ter sempre o pressuposto de que um processo de desenvolvimento deve ter o consenso da prevalência de certos valores de bem-estar humano e de justiça social sobre o desenvolvimento, como uma realização identificável e fundamental à materialização dos mesmos valores, e sobre a racionalidade e a excelência de certas entidades – órgãos internacionais, governos nacionais, associações voluntárias e opinião pública – que lutariam conjuntamente pelo desenvolvimento assim concebido e que seriam capazes de atuar em consonância com aquelas prescrições de desenvolvimento. Do contrário esta forma de economia global não funciona de maneira a atender às necessidades da população. Necessidades desesperadas, urgentes e concretas, ligadas às condições de vida cotidiana da maior parte dos brasileiros e dos cidadãos globais. Não é possível generalizar as conseqüências sobre a cidadania, resultantes da maior ampliação da participação crescente pelo consumo. O consumo serve para pensar, mas não somente na direção em que aponta a racionalidade moderna. De modo que os problemas que apresenta a passar de público a cidadão não são muito diferentes dos enfrentados por militantes (ou clientes) de partidos e sindicatos ao atuarem como cidadãos nacionais. É fundamental, portanto, que todos os tipos de mudanças e mobilidades ascendentes contribuam para mudanças sociais construtivas. Pode-se dizer que as metas de transformar as preferências e induções atuais, relativamente à situação do consumo, em prol de substituir uma abordagem passiva por outra inovadora e dar impulso a maiores estratos sociais e populacionais no sentido de uma atitude deliberada em favor de um desenvolvimento mais amplo, são mais importantes do que os objetivos e mecanismos econômicos definidos de formas estritas e que incidem decididamente nos cidadãos e localidades. É preciso, sobretudo, instituir a cidadania igualitária.

#### 4. Bibliografia

- AVERBURG, A.; GIAMBIAGI, F. A crise brasileira de 1998/99; origens e conseqüências, textos para discussão BNDES, Rio de Janeiro: BNDES, 2000.
- BACHA, E. L. Latin America's reentry into private financial markets: domestic and international policy issues. Texto para discussão – PUC-RJ, nº 229, 1993.
- \_\_\_\_\_. O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Vários números.
- BARBALET, J. Limitations of class theory and the disappearance of status: the problem of the new middle class. In: *Sociology*, 20(4). 1986.
- BELUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Orgs), Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1983. v. 2.
- BOURDIEU, P. The production of belief: contribution to an economy of symbolic goods. In: *Media, Culture and Society*, 2, 1979.
- CACCIAMALI, M. C. As economias informais e submersas: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M. (Org.). Distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CANCLINI, N. G. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- CARLTON, D.; PERLOFF, J. W. Modern industrial organization, 1989.
- CARNEIRO, D. D. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, M. P. (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DEDECCA, C. O desemprego e seu diagnóstico no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 18, nº 1, Jan./Mar. 1998.

- FARAH, I. y WANDERLEY, F. Introducción: el desarrollo en cuestión: reflexiones desde América Latina. Em F. Wanderley (Coordinadora). El desarrollo em cuestión: reflexiones desde América Latina. La Paz: CIDES-UMSA, pp. 9-16, 2011.
- FEATHERSTONE, M. Cultura de consumo e pós-modernismo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- \_\_\_\_\_. Sistema previdenciário: aspectos teóricos e os problemas brasileiros. In: DOWBOR, L.; KILSZTAJN, S. (Org). Economia social no Brasil. São Paulo: SENAC, 2001.
- IBGE. Estatísticas históricas do Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- IBGE. Síntese dos indicadores sociais – 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- IPEA/PNUD. Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Vários números.
- MARSHAL, T. H. Class, citizenship and social development. Connecticut: Greenwood, 1976.
- MARTINS, P. H. América Latina como expressão do sistema-mundo e a organização de los modelos de desarrollo. 2013.
- \_\_\_\_\_. Imagens ambivalentes da globalização In Revista Estudos de Sociologia, Recife: PPGS-UFPE, v.5, nº 02, pp. 95-118, 1999.
- MARTINS, L. Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento: introdução à crise brasileira. São Paulo: Editora Saga, 2006.
- MEJIA, J. Colonialidad y des/colonialidad em América latina. Elementos teóricos In P.H. Martins y C. rodrigues (Orgs.) Fronteiras abertas da América Latina: Dialogos na ALAS. Recife: Editora da UFPE, pp. 57-83, 2012.
- MILONE, P. C. População e desenvolvimento: uma análise econômica. São Paulo: Loyola, 1991.
- OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista. Novos Estudos CEBRAP, nº 2, 1972.
- \_\_\_\_\_; MAZZUCHELLI, F. Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil: 1950-1976. In: MARTINS, C. E. (Org.). Estado e Capitalismo no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1977.
- OLIVEIRA, J. S. O traço da desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- PELLEGRINI, J. A. O financiamento ao consumo como instrumento de política econômica no Brasil. Dissertação (Mestrado) – IPE/FEA. São Paulo: USP, 1990.
- PINHEIRO, A. C.; CABRAL, C. Mercado de crédito no Brasil: o papel do judiciário e de outras instituições. Ensaio BNDES, Rio de Janeiro, nº 9, 1998.
- PINTO, A. El modelo de desarrollo reciente de América Latina, Revista de Economía Latinoamericana, nº 32, Caracas, 1971.
- PREBISCH, R. El desarrollo económico em la América Latina y algunos de sus principales problemas. México: fondo de Cultura, 1949.
- RANGEL, I. A inflação brasileira. 5. ed. São Paulo: Bial, 1986.
- ROCHA, S. Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real. Texto para discussão IPEA, Rio de Janeiro: IPEA, nº 721, 2000.
- \_\_\_\_\_. Reflexões sobre a crise: qual a saída de curto prazo? – Anexo: Em defesa da desvalorização. In: FMI x Brasil: a armadilha da recessão. São Paulo: Fórum Gazeta Mercantil, 1983.
- SANTOS, T. What kind of basic changes do we need in the new world system? Some reflections on globalization, development and social justice. In (Bialakowsky and all, Orgs.) Latin American critical thought: Theory and practice. Buenos Aires: CLACSO, pp. 210-236, 2012.
- SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. 4. ed. Companhia das Letras, 1999.
- STIGLITZ, J. E. Governo, mercado financeiro e desenvolvimento econômico. Revista Brasileira de Economia, v. 44, nº 3, 1990.
- SUPLICY, E. M. A persistência da desigualdade, o endividamento crescente e o caminho da equidade. Estudos avançados, v. 14, nº 40, Set./Dez. 2000.



\_\_\_\_\_ ; BELLUZZO, L. G. M. Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. Textos para discussão, Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, n° 65, 1984.

\_\_\_\_\_ ; DAVID, M. D. (Org.). A economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

THORP, R. Progresso, pobreza e exclusão: uma história econômica da América Latina no século XX. Washington, BID, 2000.

WOLFE, M. Desenvolvimento: para que e para quem? Indagações sobre política social e realidade político-social. Coleção o mundo hoje, v. 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.